

CMA aprova Política Nacional de Segurança de Barragens

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou nesta terça-feira (8) o Projeto de Lei da Câmara 168/2009, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens (SNISB).

Segundo o relator da matéria, senador Gilberto Goellner (DEM/MT), o projeto define parâmetros mínimos de segurança para a implantação das barragens, que podem se romper e provocar perdas de vidas humanas e grandes prejuízos econômicos, materiais e ambientais.

A proposta foi aprovada com emendas que recomendam a melhoria das obras e das articulações entre os órgãos fiscalizadores dessas represas de água. "É necessário que se estabeleçam as obrigações dos proprietários de barragens com relação à sua manutenção, ao mesmo tempo em que se determina a responsabilidade do Poder Público de fiscalizar a implementação dessas medidas", justifica o relator.

O projeto ainda será votado em decisão terminativa pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

ANA lança Atlas de Abastecimento Urbano de Água

A Agência Nacional de Águas (ANA) lança nesta quarta-feira (9), em Brasília, o Atlas de Abastecimento Urbano de Água, um estudo que revela onde poderá faltar água nos próximos cinco anos, se não forem feitos os investimentos necessários ao setor. A informação foi dada pelo diretor-presidente da entidade, José Machado, durante audiência da CMA. De acordo com ele, o Atlas que mapeia mananciais e sistemas de produção de água nas regiões brasileiras também propõe investimentos em segurança hídrica.

Machado defendeu que os recursos hídricos sejam colocados de forma prioritária na agenda nacional e acrescentou que a ANA está incentivando os estados a criarem seus órgãos gestores de recursos hídricos.

Na reunião, o diretor da ANA, que deixa o cargo no próximo dia 18, fez um balanço dos cinco anos em que está a frente do órgão e agradeceu o apoio que a Comissão de Meio Ambiente e o senador Casagrande (PSB/ES) deram nesse período. "A parceria com a CMA tem sido crucial para o êxito do nosso trabalho. Esta Casa sempre esteve de portas abertas para debater nossas dificuldades", disse.

Aprovado projeto que reestrutura o Cade

O projeto que reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e trata da prevenção e da repressão às infrações contra a ordem econômica foi aprovado pela CMA nesta terça-feira. Uma das medidas contidas no PLC 6/09, de autoria do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE) é a exigência da análise antecipada do Cade nos casos de compras e fusões de grandes empresas que possam levar à concentração de mercado. Atualmente, o Cade examina essas operações depois que elas ocorrem.

A proposta, que segue para votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), permite ainda ao Cade, entre outras atribuições, aprovar atos de concentração econômica que causem danos graves e substanciais à concorrência, desde que eficiências econômicas (ganhos de produtividade e inovações tecnológicas) sejam produzidas pela fusão, garantindo aos consumidores o repasse de parte relevante de tais benefícios.

Emenda da CMA determina que serão examinados pelo Cade os atos de concentração econômica em que pelos menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado no último balanço faturamento bruto anual ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 150 milhões.

Lavoura-Pecuária - A CMA também aprovou projeto (PLS 260/07) do ex-senador Expedito Júnior, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. Na prática, a proposta busca inserir a pecuária brasileira como atividade afinada com as grandes preocupações ecológicas atuais. Em seu parecer, o senador Gilberto Goellner (DEM/MT) afirma que a utilização para a agricultura das terras já degradadas representa um poderoso instrumento de ampliação de atividades agropastoris, sem que haja necessidade de derrubar matas. A matéria será analisada em decisão terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. *(Informações da Agência Senado)*